



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SUSPENSÃO DE LIMINAR E DE SENTENÇA Nº 2973 - DF (2021/0226079-1)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
REQUERENTE : **FAZENDA NACIONAL**
REQUERIDO : **TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1 REGIAO**
INTERES. : **NEW FICET INDUSTRIA E COMERCIO DE CIGARROS**
 IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA
ADVOGADOS : **ANNA MARIA DA TRINDADE DOS REIS - DF006811**
 GUSTAVO PERSCH HOLZBACH - DF021403
 ALFREDO FRANÇA NETO - RJ168118

DECISÃO

Cuida-se de pedido de suspensão de liminar e de sentença ajuizado pela UNIÃO contra decisão do TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO que, nos autos da Apelação Cível n. 0022438-20.2012.4.01.3400, negou provimento ao agravo interno interposto.

Na origem, NEW FICET INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CIGARROS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. ajuizou ação ordinária com pedido de antecipação dos efeitos da tutela contra UNIÃO/FAZENDA NACIONAL objetivando questionar a constitucionalidade (proporcionalidade e razoabilidade) e legalidade do Ato Declaratório Executivo n. 26/2011, que cancelou o Registro Especial de Fabricante de Cigarros da autora, impedindo-a de exercer livremente suas atividades empresariais, com fulcro no art. 29 do Decreto-Lei n. 21.593/1977.

A requerente informa que o Juízo de primeiro grau julgou improcedentes os pedidos “sob a precípua fundamentação de legitimidade constitucional do Decreto-Lei nº 1.593/1977 e da premissa de que a “FICET é ‘praticante reiterada e contumaz na sonegação de impostos ao longo dos anos’, adotando a conduta de ‘subfaturar o preço das mercadorias’ e de não ‘pagar tributos desde o ano de 2004”.

Após a rejeição dos embargos de declaração pela empresa (fls. 954-955), foi interposta apelação, provida pela Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, para, nos termos do voto do relator, “anular a sentença e determinar o retomo dos autos à vara de origem, para que a autora seja intimada da decisão que indeferiu a prova pericial” (fls. 1.097-1.103), uma vez que, “após a informação da oficial de justiça, noticiando o não cumprimento do mandado, ou seja, a ausência de Intimação da autora quanto ao indeferimento da prova pericial, os autos foram imediatamente sentenciados”.

A questão foi questionada por meio de embargos declaratórios (fls. 1.106-1.115) e recurso especial da União (fls. 1.124-1.138).

Esclarece a requerente que, enquanto o último recurso especial se encontrava concluso para exame de admissibilidade (desde 20 de janeiro de 2017), a empresa postulou, em 11 de novembro de 2020 e com fulcro nos arts. 294, 299 e 300 do Código de Processo Civil, tutela provisória de urgência para que não fosse “interditada à atividade da Requerente e pessoas tidas como integrantes de seu grupo econômico” ou para que fosse imposta “a SUSPENSÃO da cobrança desta mesma dívida” (fls. 1.170-1.191).

Assevera ainda que, apreciando a questão em cognição sumária, no dia seguinte, em 12 de novembro de 2020, a Vice-Presidência da Corte regional, malgrado tenha reconhecido a impossibilidade de suspender o mencionado ADE n. 26/2011 ante a inexistência de decisão meritória que o invalidasse, deferiu a suspensão da exigibilidade dos débitos que deram causa ao cancelamento do registro especial (fls. 1.192-1.195). Quatro dias depois, o mesmo órgão julgador não admitiu o recurso especial manejado pela União (fls. 1.164-1.165).

A ora requerente interpôs agravo interno que, submetido ao julgamento colegiado, foi desprovido.

Daí o presente pedido de contracautela, em que a União alega:

a) grave ameaça à economia pública, uma vez que impede a adoção de quaisquer medidas administrativas e judiciais tendentes à recuperação de créditos que totalizam atualmente vultosos R\$ 994.490.903,59;

b) grave ameaça à ordem pública, pois referida supressão contábil provocará necessariamente uma séria e nefasta alteração da rotina administrativa consolidada, compreendida como regular desempenho institucional da administração fazendária em sua missão institucional;

c) grave lesão à ordem jurídica, uma vez que a ação originária não tem como causa de pedir ou pedido a validade ou exigibilidade dos créditos suspensos, mas sim a eventual anulação do ato administrativo que cancelou o registro especial para importação ou produção de cigarro da empresa interessada (Ato Declaratório Executivo – ADE Cofis n. 26, de 2011).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Cabe a suspensão de liminar em ações movidas contra o Poder Público se houver manifesto interesse público ou flagrante ilegitimidade e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança ou à economia públicas, não servindo o excepcional instituto como sucedâneo recursal para exame do acerto ou do desacerto da decisão impugnada (art. 4º da Lei n. 8.347/1992).

Frise-se que a lesão ao bem jurídico deve ser grave e iminente, sendo ônus do requerente demonstrar, de modo cabal e preciso, tal aspecto da medida impugnada (STF, SS n. 1.185/PA, relator Ministro Celso de Mello, DJ de 4/8/1998; STJ, AgRg na SLS n. 845/PE, relator Ministro Humberto Gomes de Barros, DJe de 23/6/2008).

No caso, a requerente apresentou elementos concretos para a comprovação da ofensa aos bens tutelados pela legislação de regência.

De fato, não se discute na origem a exigibilidade da dívida tributária, razão pela qual a medida de suspensão dos procedimentos de cobrança dos valores devidos à União pode ser considerada uma grave lesão à ordem jurídica. Repita-se que a ação originária não tem como causa de pedir ou pedido a validade ou exigibilidade dos créditos suspensos, mas sim a eventual anulação do ato administrativo que cancelou o registro especial para importação ou produção de cigarro da empresa interessada (Ato Declaratório Executivo – ADE Cofis n. 26, de 2011).

Conforme bem anotado pela União "a mola propulsora do pedido incidental da parte adversa, inadvertidamente deferido pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, foram declaradamente as medidas de responsabilização e de recuperação de créditos públicos levadas a efeito em Execuções Fiscais e Medidas Cautelares Fiscais no âmbito do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, o que apenas reforça o atropelo ao juízo natural para tratar do mérito dos débitos cuja exigibilidade foi suspensa" .

Ademais, trata-se de uma dívida de quase um bilhão de reais, cuja exigibilidade foi suspensa sem que exista qualquer ação judicial com objetivo de desconstituir a existência ou validade dessa dívida.

Presentes, portanto, os requisitos para concessão da medida de contra cautelar.

Ante o exposto, defiro o pedido de suspensão da decisão que determinou a suspensão da exigibilidade das oito inscrições na dívida ativa apontadas como ensejadoras do Ato Declaratório Executivo n. 26/2011, até o trânsito em julgado da demanda.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente